

Companheiros em Missão, saudações pascais.

Na passada reunião de ImPACTando, o Padre Geral nos convidava mais uma vez a ter a “audácia do impossível” e a colocar todas as nossas energias a serviço da Missão de Cristo. No seu discurso inaugural, o Padre Geral convidou a assembleia a imaginar que a Companhia de Jesus nunca existiu, e que Santo Inácio e seus companheiros estivessem hoje em dia (2017) tentando dar uma forma ao fogo apostólico que ia crescendo entre eles: *Que estrutura de governo teriam desenhado? Que formas de comunicação teriam implementado? Que tipo de estrutura comunitária e apostólica estariam fundando hoje? Que mediações teriam utilizado para promover e crescer na união de um Corpo Apostólico completamente orientado para a Missão?*

Desde 1965 a Congregação Geral 31^a expressou a necessidade de crescer e incrementar a cooperação interprovincial, e convidou a Companhia a explorar vias de colaboração entre as províncias (D47,7). O Padre Arrupe, “quem parece que ia uns quatro anos adiante” de muitos de nós, em um discurso sobre esse particular (14/10/66), dizia:

“... A Companhia certo, é uma por essência, e preexiste às Províncias; bem se diz que ‘se divide em Províncias, Vice-Províncias, Missões’; no que ‘se forma de Províncias’. Porém, desde o princípio se criaram Províncias. Mas este não pode ser um conceito ‘fixista’. Nem precisamos levar em consideração apenas as linhas verticais, pelas quais se ordena a comunicação entre os membros e a Cabeça, especialmente por meio dos Superiores locais e os Provinciais. Todo o corpo está articulado e vive organicamente, segundo as próprias Constituições, igualmente pelas comunicações horizontais. Incumbe aos próprios superiores a obrigação de fomentar essa mútua relação. Será que existe oposição entre essas duas dimensões? Não é verdade que devem complementar-se harmoniosamente?”

A mesma ideia foi expressa pelo Padre Arturo Sosa há alguns dias no encontro ImPACTando ao nos recordar que “as Províncias não pertencem geneticamente ao DNA da Companhia”, e que, portanto, não são nem a única e nem a necessária forma de governo para a missão. E agregava o P. Sosa: “por isso não somos jesuítas de uma província X ou Y, mas membros de Uma Companhia prestando serviços em X ou Y província”.

É verdade que o que afirmou o P. Arrupe das “Províncias” pode ser dito hoje, também, das “Conferências”; como se pode dizer das “assistências” ou dos “secretariados” ou das “plataformas” ou “regiões” e de toda forma organizativa que não seja a figura e papel do Pe. Geral: cabeça visível e princípio de união da Companhia. Mas o que também é certo é que cada vez se sente, se compreende e se afirma ainda mais a necessidade de implementar novas formas de organização que encarnem a vocação universal da Missão que nos foi encomendada e os critérios que lhes são próprios (“que o bem entre o mais universal é bem maior” e “ir ali onde outros não podem ou não querem estar”).

Tanto a CG 32^a como as CGs 34^a e 35^a reafirmaram a importância não apenas da colaboração interprovincial, mas da organização das Conferências (sem falar nunca delas como “intermediárias” entre o governo do Geral e do Provincial) e estimularam a Companhia a seguir crescendo e experimentando formas de governo que respondam aos desafios missionários atuais. E quando muitos esperávamos que a CG 36^a se pronunciasse mais definitivamente sobre as Conferências, esta reafirmou o já estatuído pelas anteriores congregações e pediu que entre elas (as 6 conferências existentes) se busquem elementos comuns que garantam a união na diversidade que caracteriza a fidelidade à Missão na Companhia.

Para construir e compreender um tipo de governo que, sem competir nem ser paralelo ou justaposto ao das Províncias, o texto citado do P. Arrupe continua sendo fonte de orientação e de luz:

“Nem precisamos levar em consideração apenas as linhas verticais, pelas quais se ordena a comunicação entre os membros e a Cabeça, especialmente por meio dos Superiores locais e os Provinciais. Todo o corpo está articulado e vive organicamente, segundo as próprias Constituições, igualmente pelas comunicações horizontais. Incumbe aos próprios superiores a obrigação de fomentar essa mútua relação. Será que existe oposição entre essas duas dimensões? Não é verdade que devem complementar-se harmoniosamente?”

O trabalho que foi sendo realizado na CPAL (e em outras Conferências) na promoção e organização da dinâmica de REDES (seja este o nome que se use para chama-las ou seja o de “associações” ou “federações” ou “encontros” ou “projetos” ou “grupos”, etc.) responde fundamentalmente a essa condição de nossa união: a da comunicação horizontal, da responsabilidade de todos pelo corpo, do discernimento como tarefa comum, da criatividade como dom do Espírito para todos. Trata-se do princípio da *redarquia* que não se opõe de maneira alguma ao da *hierarquia*, mas que se completam e ajudam mutuamente.

Foi muito consolador experimentar a grande vitalidade da dinâmica de REDES em nosso encontro ImPACTando e ter ali presentes, ao mesmo tempo, o P. Geral e os 12 provinciais da América Latina e Caribe. Essa alegria cresceu ao participar pessoalmente no Fórum Jesuítico Pan-Amazônico (Tarapoto, 26 e 27 de abril) e na Assembleia da Federação Fé e Alegria (Assunção, 28 e 29 de abril), e constatar que o que se viveu como um nascedouro de ideias e conexões no *sínodo jesuítico de Lima* se reproduz em uma dinâmica de “em-red-darse” que nos vincula a muitos outros, dentro e fora das redarquias e hierarquias da Companhia, todos com objetivos missionários comuns.

Siar do próprio “querer e interesse pessoal” e do próprio “querer e interesse institucional”, e co-laborar em-red-dando-nos entre nós e com outros é, sem dúvida, um desafio maior para ser generosos e eficazes na missão que temos: a de Cristo redentor (salvar). Nessa dinâmica do Espírito as Conferências encontram uma de suas expressões privilegiadas e uma de suas mais importantes tarefas.